



André Lara deixará o Governo assim que retornar ao Brasil

País quer captar US\$ 3 bilhões

Toronto — O governo brasileiro deverá voltar ao mercado financeiro internacional — do qual está afastado há mais de dez anos — para captar cerca US\$ 1,2 bilhão destinados ao pagamento das três futuras prestações dos títulos do Tesouro americano que irão garantir a renegociação da dívida externa cujo acordo será assinado hoje pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso.

No total, as garantias deverão somar US\$ 4 bilhões, sendo que dos US\$ 2,8 bilhões a serem quitados até o dia 15 de abril, US\$ 1 bilhão serão retirados das reservas e US\$ 1,8 bilhão emprestados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento. Concluída essa operação, entram em vigor os 50 contratos que convertem a dívida velha de US\$ 35 bilhões em três modalidades de bônus, com prazo de 30 anos para serem resgatados.

O negociador da dívida externa, André Lara Resende — que deixará o Governo assim que retornar ao Brasil — disse que, com isso, o País restabelece o seu fluxo de relacionamento com o mercado financeiro internacional, o que, informalmente, já ocorre desde os últimos dois anos. “O alto volume de nossas reservas e a presença maciça de empresas privadas brasileiras no mercado de bônus são uma demonstração disso”, lembrou ele.

Assinado o acordo, a expectativa do governo brasileiro é obter a aprovação de um empréstimo *stand-by* com o FMI até fevereiro, caso contrário o Tesouro americano não autorizará a emissão dos bônus que servirão de lastro à renegociação da dívida.

Coerência — O senador Esperidião Amim (SC), presidente do PPR, que na companhia de seu colega José Fogaça (PMDB-RS), foi convidado a participar da cerimônia, pelo ministro Cardoso, disse que o atual governo manteve a coerência do anterior no entendimento com os bancos credores e elogiou o trabalho de negociação que permite agora, no País, voltar ao mercado externo.

De acordo com as autoridades brasileiras, o ajuste fiscal, anunciado na sexta-feira passada pelo ministro da Fazenda, é uma demonstração de que o Brasil está cumprindo a parte que lhe cabe ao entrar no Plano Brady. Eventuais dificuldades que possam ser enfrentadas no processo de votação do ajuste no Congresso Nacional poderiam ser compensadas pela disposição do diretor executivo do fundo, Michael Candessus, de dar uma declaração favorável à negociação, que funcionaria como um “sinal verde” para a aprovação do acordo.

Resta saber se esta boa vontade política será compartilhada pelo governo americano, autorizando o Tesouro a vender seus papéis, mesmo antes da assinatura da carta de intenção com o FMI.

Um dos técnicos da comitiva lembrou que, após dois anos de negociação e diante do esforço do novo Orçamento para zerar o déficit no ano que vem, os bancos credores e os organismos internacionais nunca estiveram tão próximos de obter a conclusão do reescalonamento da maior dívida latino-americana. Os interesses dessas instituições seriam, uma vez mais, prejudicados se houver novo adiamento, transferindo novamente a questão para o futuro governo, a ser eleito em 1994.